

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: **Ajuste Direto AJ-25/0031**

Licenciamento das aplicações do SIADDEM

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar entre o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos da **Aquisição de Licenciamento das Aplicações Intergraph do SIADDEM no âmbito de um CLA (Corporate License Agreement)**, por 5 meses, nos termos identificados nas especificações técnicas do Caderno de Encargos, conforme Anexo I.

Artigo 2.º

Contrato

1. O contrato é reduzido a escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Para além dos elementos referidos no número anterior, o contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões das peças do procedimento, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento;
 - c) O presente caderno de encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99º, e aceites pelo adjudicatário de acordo com o artigo 101º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. A entidade adjudicatária obriga-se igualmente a respeitar, no que lhes seja aplicável, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

Artigo 3.º

Preço base

1. O preço base do procedimento é de 247.740,00 € (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço constante no número anterior corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

Artigo 4.º

Local de prestação de serviços

As licenças serão disponibilizadas em data a acordar com o INEM, na Rua Almirante Barroso, 36, 1000-013 Lisboa.

Artigo 5.º

Preço e condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante só podem ter lugar após a apresentação das respetivas faturas, devidamente discriminadas e justificadas pelo adjudicatário, a qual só pode ter lugar depois de concluído o mês a que a fatura respeita.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, desde que devidamente emitida e entregue após o termo do mês a que respeita, cada fatura é paga, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua receção pela entidade adjudicante, na sequência da emissão da nota de encomenda, em função dos fundos disponíveis, e onde se encontre necessariamente inscrito, sob pena de nulidade, um número de compromisso válido e sequencial.
4. As faturas devem ser acompanhadas por um relatório com o detalhe das tarefas realizadas subjacentes ao valor em causa.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente Cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN a indicar pelo adjudicatário.
6. Não são admitidos adiantamentos de preços por conta de prestações a realizar.

Artigo 6.º

Obrigações principais do adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a executar o contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas no caderno de encargos, nas cláusulas contratuais e na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais para com a entidade adjudicante:
 - a) Manutenção das condições do fornecimento, incluindo as premissas técnicas do mesmo descritas nas especificações técnicas do caderno de encargos;
 - b) Comunicação antecipada dos factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do bem ou a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do contrato;
 - c) Prestação de forma correta e fidedigna das informações referentes às condições em que é prestado o fornecimento, bem como prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados;
 - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais.
 - e) Responsabilizar-se por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

Artigo 7.º

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.
- b) Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato a celebrar por via do presente procedimento, e comunicar ao adjudicatário a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação, sendo que ao gestor em causa cabe desempenhar o papel de interlocutor com o adjudicatário.
- c) Monitorizar e fiscalizar o cumprimento contratual pelo adjudicatário, no que respeita às condições técnicas e de qualidade.

Artigo 8.º

Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento contratual, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Artigo 9.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. O adjudicatário garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
2. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
3. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.

Artigo 10.º

Direitos de propriedade intelectual e industrial

1. O adjudicatário deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.
3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços, incluindo o software desenvolvido a pedido do contraente público no âmbito do contrato, é propriedade do contraente público, ainda que se verifique a cessação do contrato.
4. O adjudicatário obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao contraente público relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.

5. No caso de o adjudicatário desenvolver, a pedido do contraente público, alguma funcionalidade de um programa informático ou um determinado software obriga-se a não o reproduzir sem autorização expressa do contraente público.

Artigo 11.º

Tratamento de Dados Pessoais

1. Os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante serão recolhidos e tratados pela entidade adjudicatária, na sua qualidade de responsável pelo tratamento, e destinam-se única e exclusivamente às seguintes finalidades:
 - a) Execução e cumprimento das obrigações pré-contratuais e contratuais;
 - b) Cumprimento de obrigações legais;
 - c) Gestão da relação contratual com a entidade adjudicante, nomeadamente para efeitos de contactos por motivos administrativos e/ou operacionais.
2. Os dados pessoais fornecidos serão armazenados pelo período mínimo estritamente necessário ao cumprimento das finalidades enunciadas no número anterior, sendo apagados assim que se verifique que já não sejam necessários.
3. A entidade adjudicatária obriga-se a tratar os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante com a máxima confidencialidade e única e exclusivamente para as finalidades identificadas no número anterior, implementando medidas técnicas e organizativas por forma a proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizado aos mesmos.
4. Os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante poderão ser partilhados com os fornecedores ou prestadores de serviços da entidade adjudicatária, única e exclusivamente para cumprimento das obrigações pré-contratuais e contratuais, assumidas no âmbito do presente Contrato, garantindo a entidade adjudicatária que tais entidades se encontram igualmente munidas de medidas técnicas e organizativas para garantir a total proteção dos dados pessoais e que os mesmos apenas tratarão os dados para cumprimento integral das finalidades inerentes à execução do Contrato.
5. A entidade adjudicatária garante que nunca procederá à venda, empréstimo ou cedência dos dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante a terceiros, sem que haja o consentimento expresso e explícito dos mesmos para o efeito, obrigando-se igualmente a recolher o consentimento expresso para o tratamento de dados pessoais para outras finalidades que não as descritas no n.º 1 da presente cláusula.



6. É garantido aos titulares de dados pessoais o direito em aceder, retificar e apagar os dados pessoais, bem como o direito de limitar o tratamento dos seus dados pessoais, opor-se a tal tratamento e solicitar a portabilidade desses mesmos dados.
7. O segundo outorgante obriga-se a cumprir os normativos que constam do Regulamento Geral de Proteção de Dados , bem como de todas a legislação e orientações relativas à segurança de dados pessoais nominativos de pessoas singulares que tenha acesso no decurso da sua prestação de serviços e fornecimento de bens, sendo estritamente proibido o seu tratamento para além dos fins e adequação contratuais, e nos limites estritos do contrato , estando interdita qualquer portabilidade que não seja contratualmente permitida, sendo do primeira outorgante, o INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica, IP, a propriedade dos dados por lhe terem sido confiados pelos seus titulares, e nesta medida qualquer operação de tratamento, nestas se incluindo a portabilidade e apagamento ter de ser comunicada e consentida por este, sob pena de responsabilidade contra-ordenacional, civil, criminal e comunicação de inconformidade por parte de subcontratante nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais - Regulamento nº 2016/679 de Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

Artigo 12.º

Utilização dos sistemas de informação

Caso a execução do presente contrato implique o acesso às instalações e a utilização dos sistemas de informação da entidade adjudicante por colaboradores do adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na entidade adjudicante.

Artigo 13.º

Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290ºA do CCP, o gestor do contrato será nomeado pela entidade adjudicante aquando da assinatura do mesmo, tendo como função o acompanhamento da sua execução nos termos descritos no sobredito artigo do CCP.

Artigo 14.º

Penalidades contratuais

No caso de atrasos na execução do objeto ou de parte do objeto da presente consulta, por razões não imputáveis à entidade adjudicante, que não resultem de força maior, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula:



$$P = (V \times A) / 365$$

em que P corresponde ao montante de penalização, V é igual ao valor do contrato e A o número de dias de atraso na execução do objeto do contrato.

Se no incumprimento resultar uma penalização igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do contrato, poderá a entidade adjudicante fixar um prazo limite para cessar o incumprimento, findo o qual, se aquele se mantiver, poderá rescindir o contrato.

Artigo 15.º

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Artigo 16.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Anexo I

Especificações Técnicas

Pretende o Instituto Nacional de Emergência Médica contratar a subscrição do licenciamento das aplicações Intergraph do SIADEM no âmbito de um CLA (Corporate License Agreement).

1. Descrição dos Serviços

Fornecimento de atualizações (upgrades) de software Hexagon, nomeadamente:

- Fornecimento de atualizações (upgrades),
- Fornecimento de correções (patches e/ou hot fixes)

O contrato CLA deve incluir as seguintes licenças

Referência	Descrição	Quantidades
	LICENÇAS SERVIDOR DO AMBIENTE DE PRODUÇÃO	
IPS0001HASU	I/Executive for High Availability - Subscription	1
IPS0012SU	I/Page NL - Subscription	1
IPS0012RDTSU	I/Page NL - Subscription - Redundant License	1
IPS0015SU	I/Tracker - I/CAD NL - Subscription	1
IPS0015RDTSU	I/Tracker - I/CAD NL - Subscription - Redundant	1
IPS0035SU	I/Backup NL - Subscription	1
IPS0045ISU	I/NetDispatcher CC - Subscription	20
IPS0081SU	Intergraph Communications Controller Server NL - SU	1
IPS0081RDTSU	Intergraph Communications Controller Server NL - SU - RDT	1
IPS2305SU	HxGN OnCall Analytics - Dispatch Advantage NL 4 Core - SU	1
IPS3042SU	EdgeFrontier Runtime Engine NL - Subscription	1

IPS3042-RDTSU	EdgeFrontier Runtime Engine NL - SU - Redundant License	1
	LICENÇAS SERVIDOR DO AMBIENTE DE FORMAÇÃO	
IPS0001HATRNSU	I/Executive for High Availability - Subscription - TRN	1
IPS0015TRNSU	I/Tracker - I/CAD NL - Subscription - Training License	1
IPS0081TRNSU	Intergraph Communications Controller Server NL - SU - TRN	1
IPS3042-TRNSU	EdgeFrontier Runtime Engine NL - SU - Training License	1

	LICENÇAS SERVIDOR DO AMBIENTE DE BACKUP (DRS)	
--	--	--

Referência	Descrição	Quantidades
IPS0001HABCKSU	I/Executive for High Availability - Subscription - Backup	1
IPS0012BCKSU	I/Page NL - Subscription - Backup License	1
IPS0015BCKSU	I/Tracker - I/CAD NL - Subscription - Backup	1
IPS0081BCKSU	Intergraph Communications Controller Server NL - SU - BCK	1
IPS3042-BCKSU	EdgeFrontier Runtime Engine NL - Subscription - BCK	1
	LICENÇAS CLIENTE DO AMBIENTE DE PRODUÇÃO	
IPS0002SU	I/Dispatcher CC - Subscription	38
IPS0003SU	I/Calltaker CC - Subscription	119
IPS0081ASU	Intergraph Communications Controller Client CC - SU	157
IPS4042SU	EF Runtime Engine Pack for CAD Interfaces (up to 50 Clients)	4
IPS0063SU	I/Map Editor NL - Subscription	1

GSPY5007SU	GeoMedia Professional NL - Subscription	1
	LICENÇAS CLIENTE DO AMBIENTE DE FORMAÇÃO	
IPS0002TRNSU	I/Dispatcher CC - Subscription - Training License	46
IPS0003TRNSU	I/Calltaker CC - Subscription - Training License	46
IPS0081ATRNSU	Intergraph Communications Controller Client CC - SU - TRN	46
IPS4042-TRNSU	EF Runtime for CAD Interfaces NL - SU - TRN Server License (50 Clients)	1